

O drama pulsional, ético e político no sujeito da psicanálise

Instinctual, ethical and political drama in the subject of psychoanalysis

Leonardo José Barreira Danziato

Universidade de Fortaleza. Av. Washington Soares, 1321,
Bairro Edson Queiroz, 60811-905, Fortaleza, CE, Brasil.
leonardodanziato@unifor.br

Resumo: Retomando o percurso de Freud e Lacan em torno dos conceitos de sujeito, pulsão e gozo e suas relações com a ordem da realidade, este artigo apresenta uma discussão acerca das consequências clínicas e políticas das descobertas freudianas no *Além do princípio do prazer*. Nesta direção, busca-se demonstrar como essas noções psicanalíticas, fundamentalmente clínicas, podem comportar uma intersecção muito importante entre clínica e política, por meio da localização deste drama pulsional, ético e político numa topologia do laço social. Para tanto, considera a concepção de sujeito em sua inadequação radical diante da realidade ou da ordem, seja ela entendida clinicamente como uma ordem da linguagem ou como uma ordem normativa, simbólica ou imaginária no laço social.

Palavras-chave: psicanálise, ética, política.

Abstract: Retrieving to the path of Freud and Lacan around the concepts of subject, drive and enjoyment in their relations with the order of reality, this article presents a discussion on clinical and political consequences of the Freudian discoveries in "Beyond the Pleasure Principle". It seeks to demonstrate how these psychoanalytic notions, essentially clinical, may constitute a very important intersection between clinical practice and policy through the location of this instinctual, ethical and political drama in a topology of social bond. For this, it is considered the design of the subject in its radical inadequacy in the face of reality or order, be it clinically understood as an order of language, or as a normative, symbolic or imaginary order in the social bond.

Key words: psychoanalysis, ethics, policy.

Freud e a ordem da realidade

Uma problemática relativa à adaptação do sujeito a uma ordem que lhe é exterior se apresenta para Freud desde o início de seus estudos. E desde lá ela se configura como uma questão paradoxal, uma vez que o que se esta-

belece entre o sujeito e a ordem é um conflito, um desencontro fundamental que caracteriza todo o drama do sujeito freudiano.

Pode-se dizer que, logo cedo, Freud se deparou com o traço paradoxal e subversivo do sujeito em sua relação com a ordem. Primeiramente, ele elaborou esse conflito do ponto de

vista econômico. Essa heterogeneidade entre uma *ordem inscritora* e seus efeitos e marcas sobre o aparelho psíquico fundamentou a produção de textos inaugurais, como o *Projeto* (Freud, 1977 [1895]), que viria a servir de base para a *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1972a [1900]).

Freud, nesse contexto, apresenta uma heterogeneidade entre o que se espera em termos de ordem e o que se obtém como efeito de sua inscrição psíquica – o inconsciente e o desejo. Isso está exposto em suas proposições econômicas iniciais, a partir de uma relação conflitante entre o que denomina de *princípio do prazer* e *princípio de realidade* (Freud, 1972a [1900]). Suas primeiras formulações produzem uma ideia de um aparelho psíquico regido por um princípio que busca o prazer e evita o desprazer. Esta dialética dos princípios acompanha uma lógica energética, em que a dualidade prazer/desprazer implica um funcionamento relativo ao par descarga/tensão. O prazer equivale a uma descarga e o desprazer a um acúmulo de tensão.

Trata-se de uma hipótese econômica que fundamentava suas formulações iniciais, especificamente no que tange ao que denominou de *Primeira Tópica*, ou seja, suas suposições acerca das instâncias psíquicas denominadas de inconsciente e pré-consciente/consciente (Freud, 1972a [1900]).

Não cabe, neste artigo, desenvolver de forma aprofundada esse ponto, uma vez que se distancia dos objetivos propostos. Quer-se apenas demarcar esse caráter heterogêneo entre o que Freud denominou de aparelho psíquico e realidade externa. O que se considera mais importante para sinalizar uma posição que termina por se constituir não só como teórico-clínica, mas também como ética e política, é que Freud sabe da impossibilidade de subtrair essa discrepância, essa distância entre o *ego-prazer* e o *ego-realidade*. Afirma o autor:

Tal como o ego-prazer nada pode fazer a não ser querer, trabalhar para produzir prazer e evitar o desprazer, assim o ego-realidade nada necessita fazer a não ser lutar pelo que é útil e resguardar-se contra danos. Na realidade, a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua proteção (Freud, 1972b [1911], p. 283).

Essa heterogeneidade prazer-realidade acompanha Freud por toda sua obra. Sua importância reside no fato de que a psicanálise dá a ela uma positividade. Freud não só sabe que não é possível subtraí-la, como encontra

nela uma lógica na definição das suas descobertas fundamentais: o inconsciente, o desejo e o que posteriormente denomina como o *além do princípio do prazer* (Freud, 1976a [1920]).

Lacan e o *Ethos*

Não passou despercebida de Lacan que a oposição freudiana entre o princípio do prazer e o princípio de realidade dispunha a psicanálise diante de uma problemática dos princípios, significante curioso que remete a uma conotação moral e ética. Tanto não o foi que ele retomou essa dualidade em seu seminário sobre *A Ética da Psicanálise*.

Lacan (1988, p. 40-41) assinala que essa oposição acusa uma problemática mais fundamental que diz respeito a uma “inadequação radical” do aparelho psíquico, o que Freud denomina de *wirklichkeit*, ou seja, realidade. Toda a descrição de Freud leva a considerar que a relação do sujeito com a realidade é precária e que não há um decalque ou uma adequação plena do sujeito a uma realidade. Mesmo porque, na descrição freudiana, o sujeito, movido pelo princípio do prazer, tende a produzir uma *realização alucinatória* (Freud, 1972a [1900]) independente da realidade exterior. O princípio do prazer que caracteriza um aparelho que primariamente tende à descarga – e curiosamente à *inércia* (Freud, 1976a [1920]) – está sempre a necessitar de uma “retificação” (Lacan, 1988b, p. 40) que lhe é imposta pelo princípio de realidade. Ou seja, existe sempre um erro de cálculo, uma “anomalia no cálculo do prazer” (Dunker, 2002, p. 49) que posteriormente é denominada simplesmente de gozo.

A partir de Lacan, pode-se dizer que, por trás de uma problemática aparentemente energética habita uma questão eminentemente ética e política, uma vez que implica não só uma adequação do sujeito à realidade, mas também as retificações morais e políticas que a cultura impõe ao sujeito: retificações dirigidas ao gozo.

Lacan produziu pelo menos duas leituras possíveis da energética de Freud que não são excludentes, mas complementares: uma primeira que se encontra no seminário sobre *A Ética da Psicanálise*, em que ele propõe uma leitura a partir de uma aproximação com a problemática relativa ao *ethos*; e uma segunda, desenvolvida a partir do seminário *De um outro ao outro* (Lacan, 2004), na qual demonstra sua correlação com uma *economia política*, o que faz com que aproxime sua noção *mais-de-gozar* com a noção marxista da *mais-valia*.

Essas leituras se complementam num momento a posteriori.

Este artigo, portanto, se volta para a primeira leitura e suas consequências éticas e políticas oriundas desta aproximação da energética freudiana à questão do *ethos*.

Lacan demonstrou que nessa *econômica* de Freud (1974 [1915]), apesar da sua apresentação na forma de uma energética, seria possível encontrar uma problemática relativa ao *ethos*, ou seja, uma interrogação incômoda acerca da adaptação do sujeito à realidade e à ordem. Ele retoma a questão da moral de Aristóteles sobre uma direção ética, de uma correção, de uma *orthos logos* (Lacan, 1988b, p. 42), para dizer do paradoxo da relação do sujeito com a ordem: “O problema se coloca, então, da maneira pela qual essa ordem pode ser estabelecida no sujeito. Como é que, no sujeito, a adequação pode ser obtida, quem o fará entrar nessa ordem e submeter-se a ela?” (Lacan, 1988b, p. 33).

Recoloca-se, assim, uma questão recorrente e relativa à teoria política que, naquele momento, fora tratada por Freud a partir dessa dualidade entre o princípio do prazer e o princípio de realidade.

Freud e o além do princípio do prazer

Posteriormente, Freud percebe que essa oposição prazer/realidade é insuficiente para dizer dos paradoxos da relação do sujeito com a ordem. Por mais que ele soubesse dessa inadequação radical do sujeito – do *umbigo do sonho* (Freud, 1972a [1900]) –, havia ainda a ilusão clínica de uma nova tradução em termos representativos – simbólicos – daquilo que escapava à ordem da representação.

A direção da clínica e da cura, nesse momento inicial, seguiu a lógica da interpretação do traumático, da significação, mesmo por repetição na transferência. A própria noção de repetição que, posteriormente, com Lacan girou em torno da dimensão do real (Lacan, 1988a), mantinha-se em sua lógica simbólica: repetir para ressignificar. A clínica funcionava, ainda, numa lógica da interpretação/conscientização logocêntrica.

Essas hipóteses se mostraram insuficientes para dar conta de determinados fenômenos que se apresentaram clinicamente e sobre os quais Freud discorreu em alguns de seus textos posteriores, dentre eles: *Além do Princípio do Prazer* (1976a [1920]), *O Problema Econômico do Masoquismo* (1976d [1924]), *Análise Termi-*

nável e Interminável (1975 [1937]), *O Estranho* (1976c [1919]), entre outros. Esses fenômenos se apresentaram como intrusivos diante dessa lógica econômica, questionando-a.

Desde a sua criação, o princípio do prazer encontrava-se interrogado no que se refere à lógica tensão/desprazer, uma vez que, como sinaliza Valas (2001, p. 19), Freud constatava clinicamente a possibilidade paradoxal de *tensões agradáveis*. Esta possibilidade veio a confirmar-se, posteriormente, numa passagem de um texto fundamental deste momento de reformulação teórica intitulado *O Problema Econômico do Masoquismo*. Diz Freud (1976d [1924], p. 200):

Parece que na série de sensações de tensão temos um sentido imediato do aumento e diminuição das quantidades de estímulo, e não se pode duvidar que há tensões prazerosas e relaxamentos desprazerosos de tensão. O estado de excitação sexual constitui o exemplo mais notável de um aumento prazeroso de estímulo desse tipo, mas certamente não o único.

O prazer e o desprazer, portanto, não podem ser referidos a um aumento ou diminuição de uma quantidade (que descrevemos como ‘tensão devida a estímulo’), embora obviamente muito tenham a ver com esse fator. Parece que eles dependem não desse fator quantitativo, mas de alguma característica dele que só podemos descrever como qualitativa.

Algo de extrema importância ocorre na obra freudiana que vai marcar definitivamente seu percurso: a emergência do *além do princípio do prazer* modifica profundamente não só a estrutura teórica da psicanálise como, conseqüentemente, sua prática clínica. Ela deixa de ser uma “arte interpretativa” (Freud, 1976a [1920], p. 31) para se transformar numa “experiência ética” em que se encena esse drama ético, pulsional e político do sujeito em sua relação com o desejo, o gozo e o outro. Ele vem interrogar aquelas premissas iniciais, forçando Freud a rearticular incessantemente, ao longo da sua obra, a oposição princípio do prazer/princípio de realidade, assim como essa lógica representativa da conscientização.

Uma série de fenômenos clínicos imperinentes, intrusivos, tais como a satisfação obtida com os sintomas, o “desprazer neurótico” (Freud, 1976a [1920], p. 21) a “neurose traumática” (Freud, 2006 [1920], p. 139) e seus sonhos, a reação terapêutica negativa, o sentimento de culpa inconsciente, a compulsão a repetição, entre outros, indicou para Freud a insuficiência de uma mera interpretação do

desejo inconsciente, sinalizando algo para *além do princípio do prazer*. A relação do sujeito com o desejo implicava uma recusa paradoxal, uma reação negativa à verdade que ali se apresentava; isso fez com que considerasse teoricamente o caráter aporético do gozo, a partir do que denominou de “tendências masoquistas do eu” (Freud, 1976a [1920], p. 25). Chega a reconsiderar sua proposição inicial que o sonho era uma realização do desejo, afirmando que enfim alguns sonhos – sonhos nas neuroses traumáticas – não poderiam ser considerados uma realização do desejo (Freud, 1976a [1920]). Desse modo, afirma: “Assim, chegou o momento de admitir pela primeira vez uma exceção a nossa afirmação de que todo sonho é uma realização do desejo” (Freud, 2006 [1920], p. 156).

Freud passa a perceber que o sujeito estabelece uma relação com o desejo bem mais complexa do que imaginava, para além do campo de significação sustentado pela lógica do princípio do prazer, uma vez que abre clinicamente a possibilidade de manter sua insatisfação e, mais do que isso, de gozar com ela. Ele se depara com essa dimensão ética contraditória, que inconscientemente boicotava sua própria condição de sujeito ou a realização de algo do seu desejo. Com isso ele perde a ingenuidade quanto ao gozo e a clínica psicanalítica modifica-se profundamente, saindo de uma problemática que era eminentemente simbólica para sua real condição de uma experiência ética.

A grande questão aberta pelo *Além do Princípio do Prazer* diz respeito a esse caráter paradoxal da “compulsão à repetição” (Freud, 1976a [1920], p. 32) ao sobrepujar o princípio do prazer (Freud, 1976a [1920], p. 36). Como explicar a direção sugerida pelo princípio do prazer, se o sujeito teima em repetir o que lhe é mais desprazeroso? Certamente Freud vai se perceber que é necessário ultrapassar tal lógica para poder compreender a repetição.

Exatamente por isso Lacan (1988b) pode sugerir que, nesse momento, Freud descobriu o campo paradoxal do gozo, por mais que não o tenha assim nomeado¹. O caráter aporético desses fenômenos clínicos convenceu Freud da insuficiência de suas formulações iniciais, produzindo uma virada teórica absolutamente fundamental para a psicanálise, levando-o na direção desse excesso que produz gozo.

Tem-se, com isso, um deslocamento de uma dimensão simbólica da repetição para uma dimensão do real. Se, em um primeiro momento, a repetição definia-se pela reedição transferencial dos seus sintomas, suas inibições e suas angústias, ela passa a se definir como uma tentativa, sempre fracassada de “querer dominar retrospectivamente o estímulo” (Freud, 1976a [1920], p. 48), podendo-se acrescentar: o estímulo traumático.

Essas considerações implicam também numa modificação na forma das intervenções do analista, que partem da interpretação freudiana e dirigem-se para um *ato analítico* (Lacan, 1967-1968), o qual incide na forma de um corte e um recorte sobre o gozo do sujeito: a escansão, o corte, a pontuação, todas essas modalidades da intervenção não buscam necessariamente uma interpretação, mas uma barragem do gozo apresentado pelo sujeito.

Freud define o trauma, neste momento, como “uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficaz contra os estímulos” (Freud, 1976a [1920], p. 45), ou seja, um excesso que ultrapassa um “limiar” e que produz efeitos, diante dos quais busca teorizar. Pode-se entender tal definição, como sugere Braunstein (1990), como uma primeira definição do gozo, mesmo que ainda envolta nessas primeiras formulações energéticas, mecânicas e fisiológicas (Braunstein, 1990, p. 18-20). O gozo se apresenta para Freud como um excesso da ordem do traumático, que marca o sujeito de maneira indelével.

Gozo e repetição se articulam de maneira direta, uma vez que o sujeito repete o traumático como uma tentativa de se apropriar ativamente desse excesso, dessa ruptura diante da qual o sujeito sofreu passivamente – *fort-da*. A repetição indica clinicamente uma *tiranía do trauma*, isto é: o caráter compulsivo e paradoxal que o sujeito apresenta ao repetir *voluntariamente* a situação traumática, seja na sua vida comum, seja no laço transferencial. Haveria nisso, então, alguma “satisfação”, muito própria do desprazer neurótico (Freud, 1976a [1920], p. 21).

Esse caráter paradoxal da repetição exigiu de Freud uma explicação teórica mais contundente, a qual pode formular problematizando o *problema econômico do masoquismo* (Freud, 1976d [1924]). Tal como fez com outras cate-

¹ O termo gozo não foi cunhado por Freud, que sempre se referia a um *além do princípio do prazer*, ou mesmo ao seu conceito de *pulsão de morte*. Coube a Lacan sua nomeação como gozo. Isso não quer dizer que a lógica ou o campo paradoxal do gozo não estivesse presente neste momento da obra de Freud. Ver Freud (1976a [1920]) e Lacan (1988b).

gorias anteriormente, elevou o masoquismo a sua condição estrutural: o masoquismo deixou de ser tratado como uma patologia – por mais que se mantenha como um *masoquismo erógeno* – para se configurar como uma posição básica do sujeito. Mais do que o prazer é o sofrimento, a dor que convida o sujeito ao gozo.

Sobre isso, no início do seu texto sobre o masoquismo, Freud (1976d [1924], p. 199) apresenta sua hipótese e o paradoxo que ela encerra:

A existência de uma tendência masoquista na vida instintual dos seres humanos pode corretamente ser descrita como misteriosa desde o ponto de vista econômico. Pois se os processos mentais são governados pelo princípio de prazer de modo tal que o seu primeiro objetivo é a evitação do desprazer e a obtenção do prazer, o masoquismo é incompreensível. Se o sofrimento e o desprazer podem não ser simplesmente advertências, mas, em realidade, objetivos, o princípio de prazer é paralisado — é como se o vigia de nossa vida mental fosse colocado fora de ação por uma droga.

Para Freud, o paradoxo constatado no masoquismo se apresenta como fundamental para a clínica e para o sujeito, porque lhe concerne em sua estrutura. Masoquismo e gozo passam a ser considerados como parte da condição estrutural, o que coloca o sujeito numa posição curiosa diante do conflito pulsional que formulou no *Além do Princípio do Prazer*, isto é, a dualidade entre *Pulsão de Vida* e *Pulsão de Morte*.

Freud (1976a [1920], p. 204) estabelece esse conflito lançando mão de hipóteses biológicas – forma comum em suas proposições –, as quais merecem algumas considerações.

Se remontarmos um pouco atrás, para nossa hipótese das duas classes de instintos que consideramos como operantes no organismo vivo, chegamos a outra derivação do masoquismo, a qual, porém, não está em contradição com a anterior. Nos organismos (multicelulares), a libido enfrenta o instinto de morte ou destruição neles dominante e procura desintegrar o organismo celular e conduzir cada organismo unicelular separado [que o compõe] para um estado de estabilidade inorgânica (por mais relativa que essa possa ser). A libido tem a missão de tornar inócuo o instinto destruidor e a realiza desviando esse instinto, em grande parte, para fora — e em breve com o auxílio de um sistema orgânico especial, o aparelho muscular — no sentido de objetos do mundo externo. O instinto é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder. Uma parte do instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, onde tem um

papel importante a desempenhar. Esse é o sadismo propriamente dito. Outra porção não compartilha dessa transposição para fora; permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante acima descrita, lá fica libidinalmente presa. É nessa porção que temos de identificar o masoquismo original, erógeno.

Esse masoquismo original erógeno marca, então, uma posição pulsional primordial do sujeito na suas relações com o outro. Quer dizer: a transformação exercida pela libido, como energia da pulsão de vida, não se realiza completamente. O sujeito fica com uma marca originária, um gozo, por assim dizer, preso ao próprio corpo. Isso o leva a uma tendência impertinente em desfazer-se do movimento que o induz para a vida, mantendo a tendência que o dirige a sua própria destruição e que se apresenta clinicamente como um masoquismo.

Só constatando o fracasso do princípio do prazer é que se dá conta que supondo um prazer na experiência de satisfação estaria velando algo mais agudo na relação do sujeito com o gozo. O sujeito se lança numa repetição não por causa do prazer, mas do gozo. Ou, segundo Lacan (1992), por causa do *desperdício de gozo* que toda experiência deixa como resto, portanto, muito mais por causa do que não se realizou na *experiência de satisfação* do que pelo que *permanece dentro do organismo* – no corpo – e não se transforma em gozo do objeto. É por esse resto que ficou por se gozar que o sujeito repete na vã tentativa de recuperá-lo.

Na intenção de explicar os fenômenos da *compulsão à repetição* e do masoquismo originário, Freud cria sua hipótese da *pulsão de morte* para discutir sobre o caráter conservador da pulsão e a sua inércia característica. Articulando pulsão e repetição, concebe a pulsão como um “impulso inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas” (Freud, 1976a [1920], p. 54), acrescentando: “expressão da inércia inerente à vida orgânica” (Freud, 1976a [1920], p. 54). Introduce, assim, uma possibilidade de *satisfação pulsional* que não encontra caminhos pelas vias do aparelho psíquico. Trata-se de uma pulsão que implica outra topologia – a 2ª tópica – de maneira a localizar um “terceiro ics. não recalçado” (Freud, 2007 [1923], p. 32), denominado de “isso (Id)” (Freud, 2007 [1923], p. 37), quer dizer uma intensidade pulsional que não se encontra nem mesmo no inconsciente.

É importante ressaltar que o termo inércia, dependendo de como se lê, pode ganhar uma conotação ética, no drama do sujeito em sua

luta pela vida. Tal fato permite lançar mão novamente das proposições de Lacan (1988b), no seminário *A Ética da Psicanálise*, e sugerir que a inércia pode ser lida em sua oposição ao desejo. A vida ou a morte, a inércia ou o desejo: eis o drama ético-pulsional do sujeito.

As consequências do além do princípio do prazer

O *além do princípio do prazer* modifica profundamente a estrutura teórica da psicanálise, bem como sua prática clínica. Neste ponto, então, ocorre um deslocamento que vai de uma clínica preocupada com uma lógica da conscientização do inconsciente para uma clínica mais lúcida quanto à dimensão do gozo e das impossibilidades que ela implica. Esse deslocamento abre uma série de questões que não devem se limitar ao campo da clínica, mas fundam uma problemática ética e política para o sujeito e para a psicanálise.

Logo no início da parte III do *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1976a [1920]) faz uma justa reformulação crítica dos avanços da psicanálise. Constatando os limites da interpretação e da análise das resistências do paciente diante desses fenômenos e o avanço que a repetição permitiu, ele afirma:

A psicanálise era então, primeiro e acima de tudo, uma arte interpretativa. Uma vez que isso não solucionava o problema terapêutico, um outro objetivo rapidamente surgiu à vista: obrigar o paciente a confirmar a construção teórica do analista com sua própria memória (Freud, 1976a [1920], p. 31).

E, logo depois, acrescenta:

Contudo, tornou-se cada vez mais claro que o objetivo que fora estabelecido — que o inconsciente deve tornar-se consciente — não era completamente atingível através desse método. O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. Dessa maneira, ele não adquire nenhum sentimento de convicção da correção da construção teórica que lhe foi comunicada. É obrigado a repetir o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, recordá-lo como algo pertencente ao passado (Freud, 1976a [1920], p. 31).

A importância clínica, ética e política deste deslocamento aponta para uma ruptura de qualquer proximidade com os discursos da

conscientização. É importante, pois, considerar mais detalhadamente essas consequências, uma vez que tais efeitos serão sentidos na estrutura discursiva da psicanálise e em suas interlocuções em outros pontos com o campo da política.

Uma primeira consequência, referida anteriormente, diz respeito a esse deslocamento de uma clínica fundamentada exclusivamente numa lógica da representação, cuja direção do tratamento objetivava tornar consciente o inconsciente, para outra direção que implicava outra dificuldade de ordem ética. A partir daí a clínica tem que se deparar com esta complicação a mais do sujeito que não simplesmente uma divisão na estrutura de representações – inconsciente/pré-consciente-consciente –, mas uma divisão que implica uma posição ética do sujeito na sua relação com o *além do princípio do prazer* e o *mal-estar* que sua relação com o outro comporta. Portanto, uma clínica muito mais difícil e muito mais demorada, pois voltada para um deslocamento ético do sujeito.

Freud se apercebe de uma divisão mais radical do sujeito, para além do campo representacional, uma posição muito mais paradoxal do que aquela proposta em sua primeira tópica. A chamada segunda tópica, desenvolvida no texto *O Eu e o Isso* (1976e), assinala essa etificação da psicanálise. Freud percebe que o conflito psíquico não se localiza unicamente no campo representacional, na luta entre o Eu e o sexo – que era a dinâmica da 1ª tópica. O sexo passa a ser apenas uma via – certamente das mais cruciais – de *trilhamento* (Freud, 1977 [1895]) da pulsão, mas não a única, nem tampouco a mais dramática. Um reservatório pulsional – o isso – permanece fora do campo psíquico-representacional, provocando no sujeito um *além do princípio do prazer*, e o convocando a uma tarefa que ultrapassa a lógica clínica da conscientização-simbolização. O conflito não é mais unicamente psíquico, mas entre o que se inscreve no âmbito do psíquico e aquilo que retorna na forma de uma repetição por não cessar de não se inscrever (Lacan, 2003). Há uma *satisfação pulsional* que se localiza numa via que não implica o sexual, como o que se inscreve pela dimensão do desejo, mas a destruição, como o que insiste em dissolver as posições simbólicas do sujeito.

Trata-se de um deslocamento teórico, que vai de uma lógica inicial de uma economia das representações inconscientes para uma consideração dos efeitos éticos para o sujeito da sua relação com os limites e impossibilidades da Lei, o que implica o laço com o outro e seus efeitos

de gozo. Constatando esta dificuldade a mais, Freud produz o que se denomina de uma decepção lúcida com a psicanálise, dedicando-lhe uma modéstia clínica, que o faz interrogar os efeitos simbólicos esperados naquele primeiro momento de sua obra. A análise, sugere Freud, torna-se interminável, mesmo que tenha um fim.

Pode-se dizer que, neste momento, um *real inanalizável* se apresenta a Freud delimitando um limite da clínica. Em seu texto *Análise Terminável e Interminável* (Freud, 1975 [1937]), ele se refere a esses limites denominando-os como, o *rochedo da castração*, para os homens, e a *invejado pênis*, para as mulheres.

Freud reconhece uma impossibilidade de se grafar simbolicamente o todo da pulsão; um limite da clínica diante da pulsão, limite este que se insinua como um excesso do âmbito da quantidade e que se pode traduzir como gozo. Ou seja, Freud se depara com a impossibilidade de a clínica dar conta dos efeitos de gozo que o processo de pulsionalização do corpo exerta. O paradoxo com o qual lida demonstra que o gozo é o limite da clínica, porque o efeito da pulsão, do *real do sexo* sobre o corpo, sempre deixa marcas da ordem de uma divisão que implica os limites do simbólico, da interpretação, do tornar consciente o inconsciente, enfim, de uma impossibilidade real no simbólico.

Freud se interroga, portanto, se é possível esse amansamento da pulsão: “A questão era a de saber se é possível livrar-se de modo permanente e definitivo de um conflito instintual — isto é, ‘amansar’ desse modo uma exigência instintual” (Freud, 1975 [1937], p. 257). Sua resposta comprova os efeitos lúcidos que as descobertas recentes provocaram, assim como a tranquilidade de quem sabe com o que lida. De tal modo, afirma:

[...] podemos dizer que a análise, ao reivindicar a cura das neuroses assegurando o controle sobre o instinto, está sempre correta na teoria, mas nem sempre na prática, e isso porque ela nem sempre obtém êxito em garantir, em grau suficiente, as fundações sobre as quais um controle do instinto se baseia. É fácil descobrir a causa de tal fracasso parcial. No passado, o fator quantitativo da força instintual opôs-se aos esforços defensivos do ego; por essa razão, convocamos o auxílio do trabalho da análise. Agora, o mesmo fator estabelece um limite à eficácia desse novo esforço. Se a força do instinto é excessiva, o ego maduro, apoiado pela análise, fracassa em sua missão, tal como o ego desamparado anteriormente fracassara. Seu controle sobre o instinto é melhorado, mas permanece imperfeito porque a transformação no mecanismo defensivo é apenas incompleta. Nada há de sur-

preendente nisso, visto que o poder dos instrumentos com que a análise opera não é ilimitado mas restrito, e o resultado final depende sempre da força relativa dos agentes psíquicos que estão lutando entre si (Freud, 1975 [1937], p. 262).

Freud (1975 [1937]) também estende essa imperfeição da prática a outros discursos, incluindo neste rol não só a psicanálise, mas também a política e a educação. É possível acompanhá-lo nesta extensão e concluir que a psicanálise, a política e a educação giram em torno dessa impossibilidade de dar conta de todo o real, e cujo sinal desse fracasso inevitável se manifesta na forma de angústia e de gozo. Pelo fato de esses três discursos não conseguirem circunscrever totalmente o real — mesmo que seja esse o projeto, pois esse é o segredo político dos discursos —, não alcançam uma gestão simbólica plena dos seus efeitos, fracassando também numa gestão total do gozo. O gozo como um intruso e um excesso, sempre sai pela tangente.

A posição política do sujeito

É impossível não atentar para esse passo político em Freud, mas com o cuidado de considerar a inversão que ele comporta intrusiva. Para retomar Aristóteles (2006), em *A Política*, é permitido afirmar que o homem não é um animal político, mas um *ser que goza*; ou seja, que a verdade da política é o real e o gozo ou como diz Lacan (1992, p. 74), “não há discurso — e não apenas o analítico — que não seja do gozo”. O segredo de todo o discurso político é que seu fundamento é o gozo; ele lida com o gozo, mesmo que o escamoteando na forma de uma tentativa, sempre fracassada, de uma universalização ou de uma moralização.

A posição do sujeito, portanto, deve ser tomada, mesmo clinicamente, como uma *posição política no discurso*. Isto é: ele porta uma nervura, uma clivagem, um sintoma na lógica discursivo-social, que indica a impossibilidade de adequação aos ditames morais e discursivos em geral. Esse sintoma implica uma sustentação de uma singularidade, mesmo que tal sustentação possa indicar sua própria morte: eis a tragicidade do desejo! Por isso mesmo é necessário escutar os sintomas como uma resistência em duplo sentido: como uma resistência que retorna do recalcado; e como uma resistência ao Outro, na forma de uma tentativa, mesmo que fracassada de subversão. Essa posição se aproxima da proposta inicial de Freud (1972a, [1900]) em considerar o sintoma

como uma formação de compromisso entre a censura e o desejo recalcado.

O caráter alienante dos discursos na cultura tem como contraponto essa condição ético-política do sujeito. Para abster-se de sua divisão subjetiva, da angústia que causa sua incompletude, o sujeito pode lançar-se numa escolha por uma sutura de sua angústia a partir de uma entrega subjetiva ao discurso e ao desejo do Outro ou da massa.

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1976b [1921], p. 109) demonstra como o efeito de massa – análogo ao efeito da cultura – busca uma identificação dos seus membros, produzindo uma “homogeneidade mental”, ou seja, uma tentativa de gestão das singularidades por intermédio de uma lógica da universalização. Nesse sentido, o grupo, por meio das trocas libidinais entre os membros e a identificação com o líder, posiciona-se como que respondendo a um “ideal do eu” para o sujeito; busca responder a um ideal de completude, de ordem narcísica, portanto, colocando um “objeto no lugar do ideal do eu” (Freud, 1976b [1921], p. 164), uma oferta de completude imaginária.

O que se encontra aqui pode ser entendido a partir da topologia fundamental de Lacan, a qual estabelece uma relação entre o sujeito e o outro ou, ainda, na relação bélica entre as proposições universalizantes (*Weltanschauung*) e as singularidades do sujeito. O sujeito tem sempre a escolha ética e política de manter um traço de singularidade, por meio de uma sustentação do seu desejo, ou entregar-se a um gozo de morte, aceitando as imposições imperativas e superegógicas do Outro (A), dissolvendo-se subjetivamente numa *homogeneidade mental*.

Tal fato pode ser dito de maneira similar com a utilização da passagem de Pommier (1989, p. 24): “é em relação a essa alienação estrutural que ele faz uma opção política. Ele pode preferir essa alienação, e o refúgio ôntico que ela propõe, à instabilidade de sua posição subjetiva”; instabilidade que diz respeito à divisão subjetiva e à fenda – *spaltung* – ontológica própria do inconsciente.

Sujeito	↔	Outro
Singularidade do desejo	↔	Gozo com a dissolução subjetiva
Divisão subjetiva	↔	Refúgio ôntico

Esse paradoxo ético-político pode servir para debater outras situações, como os efeitos político-subjetivantes das novas formas de subjetivação na contemporaneidade e sua relação com essa posição inconsciente de gozo do sujeito. O que se tem descrito aqui diz respeito a uma dialética da vida sociopolítica e à forma como o sujeito nela se engaja, a partir da sua divisão subjetiva e dos limites do simbólico – e dos discursos –, diante da pulsão e do real. Mesmo que se considere o caráter estrutural dessa dualidade pulsional, não se pode deixar de considerar como essa posição ética do sujeito é tratada e sugerida pelos discursos na cultura.

Por enquanto, é preciso deixar clara a correlação estabelecida entre o *além do princípio do prazer* e uma série de interrogações paradoxais abertas neste momento, cujas respostas enveredam por essas noções *estranhas*² como a *compulsão a repetição*, o masoquismo primário e a pulsão de morte.

Trata-se de um momento onde Freud constata o paradoxo da relação do sujeito com seu desejo e o mal-estar que isso implica, assim como a presença inevitável de um real irrealizável. A problemática pulsional que se abre pode ser entendida, portanto, no cerne de um plano ético-político. Exatamente por isso a psicanálise ultrapassa a mera lógica da interpretação, para constatar o drama ético-político-pulsional do sujeito. Essa ultrapassagem vai deslocar a clínica e a posição do sujeito, retirando-o de uma mera conscientização do inconsciente, em direção a uma convocação ética de sustentação de um *ato analítico* (Lacan, 1967-1968) no laço social. Assim, vive-se, então, a verdadeira interlocução möebiana entre clínica e política.

Referências

- ARISTÓTELES. 2006. *Política*. Rio de Janeiro, Martin-Claret Ed., 272 p.
- BRAUNSTEIN, N. 1990. *Goce*. México, Siglo Veintiuno Ed., 245 p.
- DUNKER, C.I.L. 2002. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo, Escuta, 232 p.
- FREUD, S. 1972a [1900]. A interpretação dos sonhos. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vols. IV e V, 793 p.
- FREUD, S. 1972b [1911]. Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XII, p. 273-286.

² *Das Unheimlich*, termo alemão traduzido por estranho e que intitula um famoso artigo de Freud (1976c [1919]).

- FREUD, S. 1974 [1915]. Artigos de metapsicologia. In: S. FREUD, *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XIV, p. 123-294.
- FREUD, S. 1975 [1937]. Análise terminável e interminável. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XXIII, p. 239-287.
- FREUD, S. 1976a [1920]. Além do Princípio do Prazer. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVIII, p. 13-85.
- FREUD, S. 1976b [1921]. Psicologia dos grupos e análise do ego. In: S. FREUD, *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVIII, p. 89-179.
- FREUD, S. 1976c [1919]. O estranho. In: S. FREUD, *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVII, p. 273-318.
- FREUD, S. 1976d [1924]. O problema econômico do masoquismo. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XIX, p. 197-212.
- FREUD, S. 2006 [1920]. Além do princípio do prazer. In: S. FREUD, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, vol. II, p. 123-198.
- FREUD, S. 2007 [1923]. O Eu e o Id. In: S. FREUD, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, vol. III, p. 13-92.
- FREUD, S. 1977 [1895]. Projeto para uma psicologia científica. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. I, p. 381-517.
- LACAN, J. 1988a. O Seminário, 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 269 p.
- LACAN, J. 1988b. O Seminário, 7. A Ética da Psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 396 p.
- LACAN, J. 1992. O Seminário, 17. O Avesso da Psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 209 p.
- LACAN, J. 2003. Radiofonia. In: J. LACAN, *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 404-447.
- LACAN, J. 2004. *De um Outro ao outro*. Recife, Centro Estudos Freudianos, 393 pp.
- LACAN, J. 1967-1968. *O ato analítico*. Inédito. Mimeo, 279 p.
- POMMIER, G. 1989. *Freud apolítico?* Porto Alegre, Artes Médicas, 138 p.
- VALAS, P. 2001. *As dimensões do gozo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 116 p.

Submetido em: 10/12/2009

Aceito em: 21/03/2010